

8

encerrou sua fala. A seguir, ocupou a tribuna em explicação pessoal, o Senador Altunir Graça da Silva, que discursou sobre o Projeto de sua autoria em pauta naquele Senado. Disse que o Senador Orlanir Baranger não tinha certeza quanto a constitucionalidade do seu Projeto, porém o Projeto de autoria de tal Senador dispôs sobre o horário de funcionamento dos Banhos, na Inconstitucional e mesmo assim foi aprovado. Continuando disse que a ideia era regularizar os funcionários, e que seu Projeto era social. Bloqueou o Projeto do Senador Orlanir Baranger que dispôs sobre a explicação na receita médica do remédio genérico, no que encerrou sua fala, não havendo mais pedidos para o uso da tribuna em explicação pessoal, o Senhor Presidente em exercício encerrou a presente Sessão em nome de Deus. E, para constar, mandou que se lavrasse a presente Ata, que depois de lida, submetida a aprovação Unânime, e aprovada, seja assinada para que produza seus efeitos legais.

Orlanir Baranger

Altunir Graça da Silva

Ata da Vigésima Quinta Sessão Ordinária do Primeiro Período legislativo da Câmara Municipal de Cabotírio, realizada no dia 29 (vinte e nove) de maio do ano de 2001 (dois mil e um)

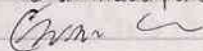
As quinze horas do dia 29 (vinte e nove) de maio do ano de 2001 (dois mil e um) sob a Presidência em exercício do Senador Eudárcio Poncio Neto, e com a cooperação da Primeira Secretaria pelo Senador Ricardo Ferreira da Fonseca, ocorreu a Ordenadamente a Câmara Municipal de Cabotírio. Além disso, responderam a chamada regimental os seguintes Senadores: Luiz Silva da Rocha, Luis Bessa de Aguiar, Altunir Graça da Silva, Amaury Valério Tomaz Júnior, Antônio Carlos de Carvalho, Alexandre Salvador Miranda de Carvalho, Emanuel Fernando Sousa da Silva, Gustavo Antônio Guimarães Baranger, Jairo dos Santos Mendes, José Eudárcio Silva de Almeida, Luiz Carlos Lobo, Paulo César da Silva Almeida, Rui Rachedo de Faria, e Valery Rodrigues da Silva. Havendo número regimental, o Senhor Presidente em exercício de

etanou abnta o pncnte Sessão em nome de Deus. São havendo a diptada
 para ser lida, o Senhor presidente em exercício solicitou ao Senhor membro
 relator a leitura do Expediente que constou do seguinte: Tribunal de Contas
 do Estado do Rio de Janeiro, assunto: Encaminha o relatório, o parecer
 que recomenda a o processo nº 203.888-8/97 em anexo, sobre as contas da
 Prefeitura Municipal de Cabo Frio, referente ao exercício de 1996, Plano CAA/CAE
 nº 055/01 - IBAMA, assunto: Informa que se encontra em tramitação o li-
 cenciamento ambiental do Sistema de Produção e Beneficiamento das Atividades
 de Refino e Queima, o licenciamento ambiental do Sistema de Produção e Be-
 neficiamento de Oleo e Gás (2-38 e 7-40), a ser instalado e operado pela Unio-
 leo Brasileira S.A. - Refinaria, no Campo de Itanhum Sul, Bacia de Campos;
 encaminha relatório de Impacto Ambiental - RIMA, Edital de Audiência Públi-
 ca e solicita outras providências. Indicação nº 223/2001 - Juredda Augusto
 Salvador da Costa de Carvalho, assunto: Solicita ao Excmº Sr. Prefeito Municipal
 a execução da Guarda Municipal. Encimando a leitura do Expediente, o Senhor
 presidente em exercício pronunciou a palavra aos Oradores inscritos como in-
 terlocutores, ocupou a tribuna o Vereador Jânio dos Santos Mendes que
 iniciou sua fala discorrendo sobre evento realizado em Párgos na última
 sexta-feira, sob tema "Refinário x Meio Ambiente", quando representava o
 Poder Legislativo de Cabo Frio, registrando a presença de Deputados Federais
 e Estaduais representantes do Senado, Governo Federal através do IBAMA, Agên-
 cia Nacional de Petróleo, Profissionais Acadêmicos da UFES, USP, UNICAMP, UERJ
 e UERJ, UNIC, estudantes e comunidade em geral. Continuando disse que pela
 primeira vez viu a questão ambiental colocada como prioridade, o que consi-
 derava como reflexo da consciência de preservação que vinha ganhando es-
 paço a cada dia, principalmente junto a população. A seguir, fez comen-
 tários sobre os debates ocorridos quando falou sobre o óleo obtido com
 a exploração do petróleo, e o repasse de royalties para o Município, afir-
 mando mensalmente, não tinha correspondência quanto ao dano ambiental, des-
 tacando a necessidade de serem apresentados "Rimas", antes do licen-
 ciamento para o licenciamento para a exploração de petróleo. Disse que se-
 gundo representante da Shell, em outros países tais medidas de preservação
 eram cumpridas integralmente, o que não estava ocorrendo no Brasil. Disse
 que diante de tais declarações, era fundamental que Município com perfil tur-
 ístico como Cabo Frio, Párgos e Gramal do Cabo entre outros, participassem

ativamente do defesa do seu ambiente defendendo o patrimônio natural pa-
ra os projetos futuros relativos sobre algumas áreas do Município de Ma-
reá, que após o início da atividade petrolífera na Plataforma Continental, as-
sai estavam impróprias para o banho, o que era um absurdo contraditório,
visto os benefícios recebidos pela cidade oriundos dos royalties, e nenhum
investimento na área do meio ambiente. Adiante, disse que como resultado
do evento, haviam sido eleitas três audiências públicas a serem realiza-
das em Campos, Bacia e Cabo Frio, e assim, era importante que a Câmara
de Cabo Frio estivesse representada, sendo que era imprescindível
que o legislativo contasse com uma Associação Espírita, para audiência
pública a que se referia, como também nas que teriam lugar em Campos
e Bacia. A seguir, discorreu sobre as consequências negativas na explo-
ração do petróleo, bem que fossem adotadas medidas de preservação,
acentuando a questão do Município de Cabo Frio, que deveria liderar
na região movimento de proteção ao meio ambiente. Adiante, disse
que não colocaria a disposição da Presidência e dos Senhores Vereado-
res, discorreu contendo o que era na verdade o loteamento do litoral
da região, quanto a implantação de atividade de extração petrolí-
fera, o que dava a noção exata do que era o perigo de tal segmento
para o meio ambiente no que encerrou sua fala, destacando a im-
portância do legislativo em tal luta preservacionista. Não havendo mais
outras intervenções para o uso da tribuna, o Senhor Presidente conduziu
os trabalhos para a Ordem do Dia. Nesta etapa, foi aprovado parecer ra-
cional da Comissão de Saúde, Saneamento e Meio Ambiente sobre o Pro-
jeto de Lei nº 003/2001 - Senador Gustavo Antônio Guimarães Bergner, assen-
to sua no âmbito da Saúde Pública Municipal o "Impresso Radiação" pa-
ra atendimento Odontológico. Aprovado requerimento de urgência
nº 072/2001 para a Emenda Supressiva nº 001/2000. Comissão de Saúde, assim
dispõe sobre Emenda Supressiva ao Parágrafo Único do Art. 3º do Projeto
de Lei nº 003/2000 para as Comissões de Saúde, Saneamento e Meio Ambiente e
redação final, assim emulham parecer em conjunto. Aprovado requeri-
mento de urgência nº 073/2001 - Comissão de Saúde - Emenda Redutiva
que dispõe sobre Emenda Redutiva ao Art. 3º do Projeto de Lei nº 003/2000
para as Comissões de Saúde, Saneamento e Meio Ambiente e Comissão de Le-
gislação final para emularem parecer em conjunto. A seguir, foi encaminha-

do para a Comissão de Finanças, Orçamento e Administração, o Presidente Municipal e o Conselho nº 203.888-8/97, sobre as contas da Prefeitura Municipal de Lagoário, referente ao exercício de 1996. Aprobada a Indicação 223/2001. Sumariada a Ordem do Dia e não havendo Oramentos para o uso da Prefeitura em duplicação pessoal, o Senhor Presidente em exercício entendeu a presente sessão em nome de Deus, marcando Extraordinária para dentro de dez minutos. E, para constar, mandou que se lavrasse a presente Ata, que desta feita, submetida a apreciação final, aprovada, não assinada para que produza seus efeitos legais.


Amaro Valério


Amaro Valério

Ata da 51ª Sessão Extraordinária do Município de Lagoário, realizada no dia 24 de maio do ano de 2001.

As discussões foram do dia 24 de maio do ano de 2001, sob a Presidência em exercício do Vereador Edyardo Antônio Rita e com a participação do Município de Lagoário pelo Vereador Ricardo Ferreira da Fonseca, reuniram-se Extraordinariamente a Câmara Municipal de Lagoário. Além disso, responderam e chamadas regimentais os seguintes Vereadores: Gerson Silva da Rocha, Amaro Valério, Aguiar de Aguiar, Altair Soares da Silva, Amaro Valério, Tomaz Júnior, Antônio Carlos de Carvalho, Guedes, Augusto Salvador, Fernando de Araújo, Emanuel Fernando Soares da Silva, Gustavo Antônio Guimarães, Branger, Jairo dos Santos Mendes, José Edson Silva de Almeida, José Carlos Lobo, Paulo César da Silva Almeida, Rui Machado de Sousa e Valery Rodrigues da Silva. Havendo número regimental, o Senhor Presidente em exercício declarou aberta a presente sessão em nome de Deus. A seguir, foi aprovado requerimento de Urgência nº 04/2001 para o Projeto de Lei nº 003.2000 - Vereador Gustavo Antônio Guimarães Branger, que era no âmbito da saúde pública municipal o "Impresso Rádio" para Helióforo Ribeiro e Odontológico para que a Comissão de Higiene final emita parecer. Foi aprovado parecer favorável em conjunto das Comissões de Saúde, Sanamento e Meio Ambiente e Comissão de Higiene final a Emenda Supressiva nº